

EDITORIAL

A educação em direitos humanos surge ao final do período ditatorial na América Latina, primordialmente da ação de movimentos sociais, grupos e entidades que trabalham diretamente com comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela foi muito importante no processo de organização dos movimentos sociais que lutam por direitos. Por outro lado, havia um movimento por parte de diversos pesquisadores das áreas de Humanas, que estavam potencializando a luta por Direitos Humanos a partir das construções teóricas elaboradas nas universidades. Nesses dois espaços privilegiados de produção de saberes se constrói as primeiras linhas da experiência e do pensamento da educação em direitos humanos.

Outra questão importante é que estava aprovado que os próprios agentes públicos do Estado necessitavam de processos formativos em direitos humanos principalmente os operadores da força policial. O entrecruzamento dessas necessidades está expresso num dos documentos síntese de elaboração sobre a educação em direitos humanos: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Quinze anos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Mais que uma data comemorativa, um momento de reflexão sobre os (des)caminhos da situação dos direitos humanos no Brasil e principalmente das relações com as linhas de ação estabelecidas por este documento, que seriam: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia.

Idas e vindas na política nacional de implementação destas diretrizes, tivemos desde a estruturação de Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados, bem como nas Universidades, até a total desestruturação de ação nacional interfederativa. Independentemente da iniciativa do Poder Público na articulação de uma política pública, as concepções e diretrizes foram sendo paulatinamente reforçadas por iniciativas localizadas em escolas, em organizações não-governamentais, movimentos sociais, universidades. Em contato com outras diretrizes educacionais, a própria ideia de educação em direitos foi se ampliando e se transformando, principalmente quanto em relação a temas quanto a diversidade, cultural, étnico-racial, gênero, etc.

Nesta linha apontar caminhos possíveis de se pensar uma educação a partir de um olhar plural, diverso e inclusivo, encontra bases e pontos de partida nas diretrizes da educação em Direitos Humanos.

Por isso a compreensão sobre Educação e Direitos Humanos deve ser atualizada, revigorada para atender os novos desafios complexos da sociedade brasileira.

Este dossiê opta por trazer escritas que dialoguem com a ideia de que direitos humanos não são algo dado, prescrito e natural, mas que são processos de lutas históricas que se constituem em demandas por necessidades de grupos que vivenciam situações de desigualdade social, econômica e cultural. Direitos Humanos somente pode ser pensado a partir do lugar dos sujeitos, situado e contextualizado a partir de marcadores sociais, como classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, localização geográfica.

Muitas políticas voltadas a educação apesar de não explicitamente se referenciam as questões de direitos humanos, invocam a gramática de direitos, como a Lei nº 11.645/08 que incluindo currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” ou mesmo as discussões sobre educação especial.

Outro importante aspecto é que originalmente as discussões sobre Educação em Direitos Humanos, o campo de produção de conhecimento acadêmica se referenciava quase que exclusivamente as áreas do Direito e da Educação, o que se percebe que é que a temática vem atravessando várias outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, licenciaturas inclusive relacionadas as Hard Science, como física, matemática.

O presente dossiê recebeu inúmeras propostas de artigos que em sua maioria tratavam da inter-relação entre direitos humanos e diversidade.

O artigo intitulado "A relação entre direito e a educação inclusiva" a partir das análises bibliográficas e documentais como a lei da pessoa com deficiência ao garantir adaptação curricular escola ampliou a perspectiva da diversidade educacional.

Temos no dossiê o artigo "Cultura e subcultura policial: limites para a resolução pacífica de conflitos" referente a uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação em direitos humanos: formação dos agentes da polícia. Os autores Vera Karam de Chueiri e Pedro Paulo Porto de Sampaio trazem uma análise do modelo tradicional de formação dos

policiais que acaba por implicar no modelo tradicional de policiamento eminentemente reativo e repressivo, os autores propõe uma outra abordagem formativa que se aproxime do policiamento Comunitário e na resolução pacífica de conflitos.

O artigo de Luzilete Ramos, Mauricio Cesar Vitória Fagundes e Araci Asinelli-Luz chama atenção para as motivações que levaram à Declaração Universal dos Direitos Humanos e com ela ações que desencadearam na construção de uma Educação em Direitos Humanos no Brasil, com ênfase à luz de Paulo Freire visando a implementação dessa educação na Rede Municipal de Ensino da cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

No artigo intitulado Direitos humanos e educação: como se expressam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as autoras Luana Hillesheim, Juliana Elis dos Santos Hoffmann, Karina Albuquerque Barreto e Andrea Soares Wu, refletem acerca das relações entre os direitos humanos e a educação a partir das DCNs e da BNCC, bem como analisam o que trazem esses documentos sobre os direitos humanos.

Sobre currículo ainda, o artigo Currículo e educação em direitos humanos: desafios e possibilidades dos autores José Luis de Oliveira, Eva Aparecida Oliveira e Emily de Oliveira Abreu, discutem a política educacional brasileira visando a efetivação de um modelo que respeite a dignidade e a pluralidade humana.

Os autores do artigo "Educação em direitos humanos e educação democrática dois pontos uma conexão possível?" estabelecem os parâmetros para pensarmos na indissociabilidade entre direitos humanos e democracia na prática e na teoria por detrás das legislações concernentes a educação básica e fundamental nesta associação. Deriva as possibilidades esse pensar uma escola mais plural e diversa.

As Autoras Vilma de Nazaré Bahia Coelho e Mylena Farias e Silva no seu artigo tratam de realizar uma pesquisa empírica sobre a produção acadêmica no período de 2008 a 2018 sobre a educação das relações étnico-raciais e o ensino médio. Identificam que a maior parte das pesquisas se concentram nas práticas das salas de aula e dos professores e que existe uma lacuna contra pesquisa sobre os indígenas no ambiente escolar.

Ainda na perspectiva de se pensar os Direitos Humanos e questões raciais nas escolas, temos o artigo de Víctor Hugo Nedel Oliveira, "Racismo: proximidades e distanciamentos nas percepções de estudantes e professores", qual tem como principal objetivo da investigação foi analisar as percepções de estudantes e professores de sétimo

ano, de uma escola pública, em Porto Alegre (RS), em 2019, sobre o racismo. Dessa maneira, notou-se que é possível considerar que, mesmo tratando-se de grupos com distanciamentos etários e sociais, as percepções sobre o racismo são diversas, mas próximas por uma educação anti racista.

Complementando este bloco de artigos que tem questões raciais e educação no seu cerne, temos o artigo de Nara Zari Lemos Budiño e Roselene Moreira Gomes Pommer, *Relações étnico-raciais, direitos humanos e ações afirmativas*. Nesse artigo as autoras trabalham a partir das obrigatoriedades sobre o ensino História e da Cultura Afro-brasileira e da história da África e sobre as ações afirmativas por meio das cotas do quanto essas ações são importantíssimas para construção da igualdade racial.

Os artigos de fluxo da deste número são compostos por *Literacia científica e formação inicial de professores de Biologia* de Rui Trindade e Alberto Tchissonde; *Alfabetização: limites e possibilidades em convergência no século XXI* de Karina Andrade e Poliana Fabíula Cardozo; *O estado da arte do trabalho de campo no ensino de geografia e educação ambiental* de Diego Andrade de Jesus Lelis, Daniele Saheb Pedroso e Daniela Gureski Rodrigues; *A brasilidade de Maria Bethania em uma breve análise da estética antropofágica de brasileiro* de Roberto Remígio Florencio e João de Sá Araújo Trapiá Filho; *O papel dos registros pedagógicos na formação docente* de Ana Lucia Madsen Gomboeff e Maria Emiliana Lima Penteado; *Histórias de vida por autobiografias: inspirações na constituição docente* de Tatiane Peres Zawaski e Gilberto Ferreira da Silva; *A formação docente e o processo de construção do ser professor* de Maria Tavares Magalhães e Bernadete Souza Porto; *Estágio supervisionado na formação do professor de História: percepções de alunos estagiários* de Anelise Martinelli Borges Oliveira; *Compreensão das humanidades digitais nos domínios da educação para a formação docente* de Lidianne Mércia Barbosa Malta Rocha e Cleide Jane de Sá Araújo Costa; *Plágio na formação docente: o atalho dos dias atuais* de Manuelli de Souza Vasconcelos Pereira e Carla Patrícia Quintanilha Corrêa; *A educação em direitos humanos e os marcos legais norteadores* de Jacqueline Lopes Freire e José Carlos Souza Araújo; *O cuidado como acolhimento à diferença na educação inclusiva* de André Luiz de Araújo, Juliana Boff Aramayo Cruz, Rafael Furtado da Silva e Renata Cristina Alves da Rocha; *Relações étnico-raciais, direitos humanos e ações afirmativas* de Nara Zari Lemos Budiño e Roselene

Moreira Gomes Pommer; Qualidade da educação básica e lições aprendidas em uma escola estadual de Minas Gerais de Dálete de Souza Maia Vicentini, Rodrigo Franklin Frogeri, Pedro dos Santos Portugal Júnior e Bruno Henrique da Cruz ; Infância portuguesa entre a penumbra da infração e a luz da proteção (séc. XIX-XX) de Ernesto Candeias Martins; Epistemología del lenguaje: algunos paradigmas explican el fenómeno de Edna Maria de Oliveira Ferreira, César Costa Vitorino e Sady Carolina Gayoso Samudio.

Agradecemos a todos que contribuíram com este número.

Boa leitura!

Leandro Franklin Gorsdorf

Marcia Maria Fernandes de Oliveira